

Histórico do contato



As primeiras notícias referentes a um subgrupo Maxakalí datam do século XVI, referidos como Amixokori pelos Tupi do litoral. Até o século XIX muitos grupos foram aldeados pelos capitães-mores nas povoações litorâneas, como Prado, Canavieiras, Caravelas, Alcobaça, Itanhém, Poxim, Corumuxatiba, Belmonte, Trancoso, Mucuri, na Bahia, e Itaúnas, Conceição da Barra e Santana, no Espírito Santo.

A partir do fim do século XVIII, com a interiorização do processo de conquista e, mais particularmente, após a política oficial ter estabelecido como prioridade a conquista da zona entre o litoral e a da mineração, em Minas Gerais, os vários grupos indígenas dessa região foram pressionados pelo avanço da sociedade dominante. Até então, entre 1721 e 1808, esta zona estivera proibida pela Coroa portuguesa à penetração, como forma de evitar o acesso às zonas de mineração por pessoas não autorizadas pelas autoridades locais.

Os deslocamentos das tribos indígenas passaram a ser constantes na tentativa de fugirem ao contacto e à dominação, tornando a disputa por territórios uma dura realidade que as levou a estabelecerem estratégias distintas. Os Kamakã-Mongoió e os Maxakalí, já conhecidos por essa denominação, ao avaliarem a impossibilidade de continuarem a enfrentar, simultaneamente, os colonos e os grupos Botocudos que avançavam em direção ao sul, optaram por aceitar o aldeamento compulsório e o

engajamento como trabalhadores e soldados sob a direção de diretores de aldeias civis e militares e comandantes de divisões militares, criadas para promoverem a guerra justa defensiva e ofensiva aos Botocudos decretada pelas Cartas Régias de 1808.

A partir de então, multiplicaram-se os aldeamentos dos grupos Maxakalí, nessa época também conhecidos por Naknenuk, uma palavra da língua dos Botocudos e que passou a ser usada como sinônimo de "índios mansos, aliados e aldeados". O único subgrupo apontado como resistente a essa política de aliança foi o dos Pataxó, sempre considerados como arredios e resistentes ao avanço da sociedade dominante.

Quando o SPI, em 1911, optou por buscar uma solução para os constantes conflitos entre os índios e os construtores da Estrada de Ferro Bahia-Minas no trecho compreendido entre as cidades de Teófilo Ottoni, no vale do Mucuri, e São Miguel do Jequitinhonha, restavam nessa região dois aldeamentos dos Maxakalí no vale do Jequitinhonha - um no rio Rubim e outro no Kran - e sete pequenas aldeias entre os rios Umburanas, Dois de Abril, Itanhém, Jucuruçu e Jequitinhonha, motivo de constantes reclamações dos moradores daquelas localidades. Eram, ao que tudo indica, foragidos do aldeamento de Itambacuri, fundado em 1873 por missionários capuchinhos para atender e aldear os índios da margem esquerda do rio Doce e vale do Mucuri e um ou dois grupos ainda não aldeados até então.

A partir da abertura da estrada em 1914, os Maxakalí do rio Umburanas, como passaram a ser conhecidos nesse período, estabeleceram relações de troca com os moradores da localidade de Machacalis, apesar do receio que sua presença provocava. Ainda assim, o SPI não adotou qualquer medida para garantir o atendimento a essa população.

A pressão e os conflitos com os aldeados no Jequitinhonha fez com que, a partir de 1917, os Maxakalí do aldeamento de Kran e do Rubim terminassem por se deslocar para Umburanas, reunindo-se aos demais ali refugiados, conforme se deduz das informações prestadas a Rubinger e a Nascimento acerca da presença de "um amansador de índios" de nome Fagundes,

famoso por sua atuação no meado do século XIX nas proximidades de Itambacuri.

Devido aos constantes conflitos entre índios e moradores nacionais, em 1920 o governo de Minas Gerais cedeu à União 2.000 hectares de terras sob seu domínio, para a instalação de Postos Indígenas no rio Umburanas, visando resolver a questão dos chamados "índios bravios" dos rios Doce, São Mateus e Mucuri. Afirmam os índios que Fagundes, nessa ocasião, teria vendido parcela das terras cedidas ao SPI como forma de ser indenizado pelos serviços prestados, e os levara para território baiano. Após várias epidemias e muita insatisfação, os Maxakalí optaram por retornar ao Umburanas e por reunir-se ao grupo que se recusara a abandonar o local, apesar de não receberem qualquer tipo de assistência ou proteção por parte do SPI. Só vinte anos depois, em 1940, foi demarcada a área do Posto Indígena de Água Boa, deixando ao desamparo aldeias localizadas na área hoje conhecida por Posto Indígena Pradinho.

A insatisfação dos índios e os conflitos com os fazendeiros fizeram com que se reiniciassem, em 1951, as negociações entre o SPI e o governo mineiro para a criação e demarcação do PI Pradinho. A decisão final só foi tomada em 1956 quando do assassinato do líder indígena Antônio Cascorado. Porém, a demarcação criou um fato inusitado: os dois Postos ficaram isolados por um corredor de fazendas, inviabilizando o contacto e os deslocamentos dos índios entre as duas áreas e agravando os conflitos com os fazendeiros.

Fonte: Instituto Socioambiental – ISA
<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/arana>